

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
ATA Nº01 DA 03ª. SESSÃO ORDINÁRIA

Ao sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, do ano corrente, na Casa da Mulher Brasileira, situada à Avenida Tancredo Neves - Caminho das Árvores (ao lado do Hospital Sarah), foi realizada a terceira Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, que contou com a presença de **Aldenira da Conceição Soares de Sena (Aldinha)**, Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres - SPM, **Cândida Silva**, Assessora Técnica do Gabinete da SPM, **Ana Paula Bastos**, Diretora Geral da SPM, **Valéria Peruna** e **Gerson Galvão** Assessores Técnicos da APG-SPM, a Vice-Presidenta do CDDM, **Samêhy Pataxó – Helen Conceição dos Santos Soares** representante da Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia – AMIESB, **Argimária Freitas** representando Coletivo Quintas Feministas, **Jéssica Lima Oliveira**, representando a União Brasileira de Mulheres - UBM, **Maria Otília Soares**, representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista – UMVC, **Andreia Pinheiro Almeida** e **Queila Patrícia Silva**, representando a União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO, **Roseli de Oliveira Barbosa**, representando a Associação Tamo Juntas, **Iara Pereira dos Santos**, representando O Remo Ad Feminino, **Gildeane dos Santos Mota**, representando a Associação de Mulheres Pintadenses – AMP, **Jamira Alves Muniz**, representando a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, **Carolina dos Santos Nunes**, representando a Organização Ambiental e Cultural de Cajazeiras – CAJAVERDE, **Leidiana Cruz do Espirito Santo**, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MMTR, **Maria Rute Lima Silva**, representando a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES, **Nancy Alves de Andrade**, representando a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe – FEEB, **Mariselma Bonfim**, representando Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN, **Milena Passos Almeida Silva**, representando a Secretaria de Promoção e Igualdade – SEPROMI, **Renata Luciana Cruz Sena**, representando a Secretaria da Segurança Pública – SSP, **Natália de Oliveira Gonçalves** representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, **Olga Cristina Sampaio**, representando a Secretaria de Saúde – SESAB. **Aldenira Sena (SPM)**: Iniciou sua fala convidando a Vice-presidenta, Samêhy Pataxó para compor a mesa, também informou que a antiga

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Aldinha, Samêhy, Gerson, and others.]

Superintendente Ioná Queiroz deixou o cargo para focar na sua campanha eleitoral como Prefeita de Camamu, e então apresentou a atual Superintendente de Promoção e Inclusão Socioprodutiva – SUPPIS, **Luciana Mandelli** - SPM, a convidando para a mesa e a incentivou a se apresentar e falar um pouco com as Conselheiras. **Luciana Mandelli (SPM)** começa saudando e destaca a importância do Conselho para a história da Bahia, para a história das políticas públicas para as mulheres no Brasil e que está contente com a nova tarefa de assumir a Superintendência e dar continuidade no Planejamento Estratégico, dar segmento no PPA aprovado. Destaca que agora é o momento da promoção de Editais e tem se concentrado em organizar esse processo de centralização de recursos para as organizações da Sociedade Civil começarem a se instrumentalizar melhor para executar as suas atividades. Começando pelo primeiro edital 'Elas à frente no esporte', que vai contribuir com o Processo do Futebol feminino na Bahia e chama atenção que não só no futebol o edital vai trazer uma linha para Política Nacional de cuidados uma possibilidade de ter salas de práticas desportivas para a qualidade de vida das mulheres para tratar a saúde mental, a saúde física e para além do futebol vai ter uma linha para auxiliar a promoção de espaços privados e espaços públicos salas onde as mulheres possam receber aulas desportivas, promover eventos coletivos, mesmo chamado de esporte, ele está dentro dessa política nacional de cuidados. Disse que o Governo Federal tem conseguido avançar no sentido de organizar as políticas que estão voltadas para essa pauta uma nova gama de equipamentos públicos voltados para atividade direta de cuidados, de ação que envolve as mulheres e que é importante o Conselho se apropriar dessa pauta e é com as organizações e as mulheres do meio popular que poderão reconstruir as estruturas das políticas públicas no Brasil, pois, é um momento de promover as mulheres e que a Superintendência também cuida um pouco dessa política e assim pediu licença para sair pois iria para Cachoeira ajudar a Prefeita a se organizar para os festejos de São João, apresentar um pouco sobre as ações da SPM e abrir a primeira sala 'Elas à frente' de São João, então se despediu e desejou uma boa reunião as Conselheiras. **Aldinha Sena (SPM)**: Iniciou sua fala apresentando alguns integrantes da reunião como, a Diretora Geral da SPM, Ana Paula Bastos e os Assessores técnicos da Assessoria de Planejamento e Gestão da SPM, Valéria Peruna e Gerson Galvão. **Andreia Almeida Almeida (UNEGRO)**: apresentou a atual titular da UNEGRO no Conselho, **Queila Patrícia Silva**, citando que deixa no seu lugar uma mulher com uma bonita trajetória e bastante experiência nesta pauta sobre os direitos das mulheres. Em seguida, **Aldinha Sena**: Informou que algumas representantes do Conselho Municipal de Defesa

do Direitos das Mulheres de Camaçari estavam presentes, estas sendo, a Presidente Lana Kátia, a Secretária Executiva Dora Bezerra. Então **Aldinha Sena (SPM)** passou a palavra para a Vice-presidenta Samêhy Pataxó, que se apresentou e deu as boas-vindas aos presentes. Retomando a fala **Aldinha Sena** convidou Cândida Silva, assessora Técnica do Gabinete da SPM para uma dinâmica, realizada com a intencionalidade de construir o sentimento de pertencimento, acolhimento e fortalecimento de grupo. **Aldinha Sena (SPM)**: apresenta a programação da reunião, constando a aprovação da 1º e 2ª ATA, apresentação das alterações no Regimento da SPM, que inclui o CDDM, logo após o almoço falar dos resultados das escutas sociais do PPA que o Conselho inclusive participou das discussões sobre a participação das demais Secretarias no PPA, os informes e o que ocorrer. Assim o primeiro ponto foi a unanimidade para aprovação das ATA'S, que foram entregues as Conselheiras para assinatura. **Aldinha Sena (SPM)**: convidou Ana Paula para dialogar sobre o regimento da SPM. **Ana Paula Bastos de Oliveira (SPM)**: iniciou falando que a Secretaria na Lei que foi publicada em dezembro de 2022, 14.521 sofreu algumas alterações, dessas foram criadas duas superintendências com suas competências distribuídas sendo o enfrentamento a violência e a inclusão socioprodutiva, alteração que ainda não estão no regimento da SPM. Foi publicado o decreto regularizando a lei, este que só saiu em janeiro de 2023, regularizando a parte das Superintendências. Durante o ano de 2023 foi discutido com o Governo do Estado o que é a SPM, propostas foram feitas que passaram por todos os setores as alterações que o Regimento pode sofrer tem que estar concordado com a plenária e especificamente o CDDM está no Regimento da SPM e se tal, sofrer alterações, consequentemente o regimento do CDDM sofre também. Mudanças no regimento são submetidas a parte técnica e a secretaria de administração que faz toda a regulamentação, então toda a parte legal precisa passar para a SAEB, primeiro ponto é que há uma discussão externa, apresenta a esse órgão regulador que é a SGI da SAEB, eles devolvem uma série de coisas para serem analisadas de acordo com a legislação. Em continuação foi-se apresentado em slide um documento demonstrativo da estrutura do regimento vigente desde 2015 juntamente a observações de suas alterações. Mudando a lei não muda automaticamente o regimento, precisa sofrer essa reformulação, passar pela aprovação, ser submetido ao governador e sai através de decreto. A SGI fez inclusões, saindo a publicação da lei ela incluiu as Superintendências, tudo de acordo e mandou para a SPM, foi lido e teve fóruns para alinhamento, e consenso foi encaminhado novamente. Sendo a SGI linear não é possível fazer absolutamente nada que não esteja dentro da legislação porque é um regimento que vai ditar os

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Dora Bezerra", "Samêhy Pataxó", "Cândida Silva", "Aldinha Sena", "Ana Paula Bastos de Oliveira", and others.]

procedimentos que vamos seguir, então não pode ter nada que a lei não faça dentro da norma pública e o que está escrito, a gente pode fazer, o que não está escrito nós não podemos fazer. Na parte da apresentação a SGI indagou sobre as reformas propostas sobre o CDDM que foram poucas, o que foi colocado imediatamente dentro do regimento antes com representação no conselho a SJDHDS, que foi separada, informação essa que tem que estar nos dois regimentos. Informou também que há mudança sobre o COJUVE que é da SERIN, o assento tem que ser de uma Secretaria e não pode ser de uma Coordenação. Tudo já acordado anteriormente, mas, como dito não é possível trocar o regimento da SPM sem que o regimento do CDDM sofra as modificações. Logo as modificações que foram apresentadas vão ser inseridas em um novo processo no SEI, vai ser submetida a SGI, vai ocorrer da mesma forma a modificação do regimento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, eles têm que mudar juntos, visto que não podem publicar o da SPM antes de reformular também o do Conselho. Em meio a apresentação do slide, **Jéssica Lima Oliveira (UBM)**: pediu um momento para falar, e destacou que o Conselho faz parte da estrutura da SPM e não é um órgão a parte, e a Sociedade Civil no Conselho é importante porque, ajuda a Secretaria a se desenvolver apontando as dinâmicas, fiscalizando e contribuindo para o trabalho da Secretaria. Que essa pauta sobre regimento já foi debatida várias vezes e continua sendo, que esse documento é da Secretaria, que deveria ter sido impresso para as Conselheiras acompanharem, salientou que ele tem grande importância para atuação do Conselho e para SPM. **Ana Paula Bastos de Oliveira (SPM)**: retomou a fala e explicou que o que está sendo apresentado já foi passado para o Conselho, e que está retomando essa discussão porque um regimento está paralelo ao outro, e atualmente o regimento da SPM não consta as Superintendências, por exemplo a Secretaria de Políticas para as Mulheres está fazendo captação de recursos através do Governo Federal, de instituições até particulares e que quando mostra o regimento uma das Superintendências que buscou isso não está presente nele, então houve um questionamento do Tribunal de Contas sobre o fato da modificação regulamentada em janeiro de 2023 e o regimento ainda está vigente de 2015, porém a Secretaria já estava nesse processo de reformulação, mas, a reformulação do CDDM tem que estar junto, sendo ainda possível de modificações futuras. E chamou atenção para a importância de regulamentar e deixar o regimento de acordo a LEI, de acordo as mudanças que foram feitas para melhor funcionamento tanto da secretaria como do conselho. Então foi proposto que o documento apresentado fosse impresso e/ou enviado para as Conselheiras terem melhor observação e fazerem uma análise dele, sendo

este escrito com sinalizações feitas pela SAEB. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: salientou que é necessária uma reunião específica para tratar o regimento por completo, com atenção a cada coisa descrita, visto que algumas informações podem ser mal compreendidas visto novas alterações, pois também há Conselheiras novas e que não estão habituadas a esse documento, e é preciso encaminhar o documento para as Conselheiras fazerem uma leitura completa para então, assim se situarem sobre o que precisam concordar. **Andreia Pinheiro Almeida (UNEGRO)**: acrescentou sobre as circunstâncias de agendas políticas interferirem no acontecimento das reuniões do Conselho e que era para ter sido feito um momento de integração para as novas Conselheiras sobre o que foi debatido e estava em andamento na última gestão, pontos importantes e que para além da inclusão das Secretarias existe a pauta da cadeira LBT e que é de conhecimento a brevidade da SPM ter seu regimento atualizado regulamentado. **Ana Paula Bastos (SPM)**: notabilizou que para fazer modificação no regimento da SPM, essas alterações que falam sobre o CDDM precisam refletir no Regimento do Conselho e tal processo administrativo que ainda não foi aberto e propôs que com brevidade o processo SEI seja aberto com as modificações que já estão abordadas pelas Conselheiras e que a pauta da cadeira LBT não havia sido colocada, pois, não houve um consenso registrado em ata para assim prosseguir a solicitação. Novamente evidenciou a importância de ser breve o acordo de seguimento para alteração do regimento tanto da SPM como do CDDM. **Carolina dos Santos Nunes (Cajaverde)**: sugeriu uma reunião extraordinária para ser definida a aprovação de todas, visto a instância das pautas em questão. **Aldinha Sena (SPM)**: faz uma observação sobre este debate da inclusão das Secretarias e que realmente já aconteceu e que é preciso regulamentar colocar na LEI e que está sendo recapitulado essa questão com a perspectiva de aprovar pois, não tem nada diferente do acordado anteriormente. Logo em seguida Carolina esclarece que muitas não podem aprovar algo que não puderam ler. **Jéssica Lima Oliveira (UBM)**: destacou que é bom haver o diálogo, por mais que seja um assunto debatido é compreensível entender que quem é nova precisa se familiarizar, estar a par do documento na discussão, então nem todo mundo vai ter uma compreensão por igual e reforça a sugestão de se realizar uma reunião extraordinária e que seja encaminhado a todas o documento apresentado por Ana Paula, com as sinalizações compreensíveis do que mudou ou do que foi acrescentado, desta reunião se formalizar uma decisão e quem tiver contribuições a oferecer fazer isto, e que todas possam ter a responsabilidade de ler o documento. **Valéria Peruna (SPM)**: sinalizou que a versão do documento apresentado, com as alterações, não poderia ser encaminhada anteriormente, pois,

ainda estava sendo submetida a SAEB, sendo assim o documento apresentado nesta Sessão é o que se encontrou disponível com observações acrescentadas ao que já descrito no Regimento de 2015, e são três alterações vigentes a serem constatadas sendo estas a inclusão das duas novas secretarias SJDH e SEADES, também a inclusão da SERIN mudanças do lado do poder público, já pela sociedade civil o que está para ser incluído a pedido do Conselho é a categoria LBT, tal que estivesse explícito no regimento que a mesma esteja na composição do Conselho. E o que pedem tendo em vista o processo que é necessário para regulamentar a atuação da SPM porque hoje a Secretaria está funcionando ilegalmente do ponto de vista regimentar sem poder ter acesso aos sistemas estaduais de administração financeira, planejamento e gestão então há uma urgência para que isso seja corrigido. Logo em seguida **Maria Otília Soares (UMVC)**: considera que mesmo com essas ponderações é um assunto a ser tratado com mais responsabilidade, é de conhecimento popular que ocorre mudanças nas estruturas governamentais e que foi um desacerto muitas não terem lido o regimento que foi passado por completo, contudo foi repentina a colocação dessa pauta sobre essas mudanças pois há um despreparo sobre e concordou com a sugestão de realizar uma reunião brevemente para resolução desses objetos. **Gerson Galvão (SPM)**: esclareceu que o regimento tem dois momentos distintos um é emergencial o outro é procedimental, emergencial porque o Governo do Estado alterou a estrutura da Secretaria, o regimento da SPM não reflete isso, portanto, está em atuação ilegal, então é preciso simplesmente corrigir essa parte que está ilegal não há mudança de conteúdo é adequar o regimento ao que está nas Leis, o segundo momento é o procedimental discutir os assuntos, as atribuições este é para um segundo momento, pediu que se fizesse essa observação que o momento é para aprovação imediata visto imediata ação de adequar o regimento a lei. **Samêhy Pataxó (AMIESB)**: indagou se este emergencial depois pode sofrer alterações. **Gerson** respondeu que sim e exemplificou mostrando o de 2015 como estava e as variações ocorridas nele agora pontuando onde foi que mudou para registrar no regimento, o que está sendo pedido é somente uma fala de ação, dar legalidade a Secretaria e ao Conselho. **Aldinha Sena (SPM)**: estabeleceu para acordo o seguinte: encaminhar o material, o documento para as conselheiras e agendar uma reunião para a próxima semana, virtualmente com o consenso de todas a ser realizada na terça dia 11 de junho de 2024, às 14 horas. Após esclarecimento de algumas dúvidas foi feita uma votação para decidir pausa para o almoço ou não, acordado com 8 votos foi decidido a pausa para o almoço de uma hora.

Iniciando a pauta da tarde sobre as propostas descritas no PPA-P 2024-2027 a Vice-presidente do CDDM, **Samêhy Pataxó** (AMIESB): passa a fala para **Valéria Peruna** (SPM): iniciou sua fala descrevendo como foi a preparação do Plano Plurianual Participativo ou PPA-P, sendo por uma escuta social em 27 territórios baianos e após essa escuta é preparado a inserção dessas propostas no Plano. Então começou a apresentar as solicitações atendidas parcialmente ou totalmente pelas Secretarias, correspondentes aos eixos desenvolvidos, mostrou uma planilha que foi impressa e entregue as Conselheiras também, com a identificação da Secretaria que foi destinada a demanda social, qual foi a proposta, a explicação do porque foi atendida apenas parcialmente e o meio de implementação para tal. E começou a ler algumas propostas da planilha e seus detalhes para as conselheiras, sendo bom observar que teve um maior volume de solicitações atendidas parcialmente, totalmente ainda é uma planilha menor. Pediu atenção das conselheiras ao lerem com mais calma toda a planilha e analisarem sobre o que do que não foi atendido ou foi atendido parcialmente a explicação não foi suficiente, ou foi algo que se considera muito importante no seu próprio território que não foi atendido. Ao resultado desse apanhado, dessa análise se produzisse um documento solicitando alterações que se façam necessárias ou podem solicitar reunião com as equipes da secretaria que não acolheu alguma solicitação, cabe ao Conselho sinalizar o que pode ser muito importante e não foi atendido e o que poderá ser feito a respeito. Um ponto a ser sinalizado é que as possíveis alterações não podem ser feitas agora, mas, o PPA não é engessado ele sofre revisões anuais, após a análise deve –se de acordo a tal conclusão acionar o governo e expor as reivindicações necessárias para o progresso das políticas públicas, contudo se faz necessário que essas propostas sejam baseadas em informações qualificadas. **Mariselma Bonfim** (FNMN): expôs que ocorreu uma atividade em que sua associação reuniu mais de quarenta mulheres em prol do fim da violência doméstica, mulheres em sua maioria que sofrem diretamente, e que esse dado talvez não seja fiel ao que está sendo abordado, então argumentou como uma instituição que faz esse acolhimento vai mostrar o que está acontecendo, sendo essa a realidade urbana porque a rural é mais difícil, pois, as situações de violência continuam ocorrendo só que não há pesquisa de dados para comprovar a não ser a mulher com marcas, há um acolhimento como que um apoio a essas mulheres, mas, não há uma lei que faça realmente justiça de ir por um fim a esse tipo de situação e assim todo dia mulheres continuam nessa situação extremamente delicada sem uma solução. **Valéria Peruna** (SPM): respondeu uma dúvida com relação aos critérios utilizados para o órgão acolher ou não acolher uma proposta sendo estes a relevância,

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]

abrangência, viabilidade financeira, disponibilidade e capacidade instalada das secretarias que respondem. E respondendo a Conselheira quanto mais informação melhor e mais possível de ser atendido, não significa que o Estado vai deixar de agir porque não tem dados precisos, com base nos comentários é o nível que o Conselho pode atuar, o que está sendo tratado atualmente é o que foi solicitado oficialmente ao Governo do Estado na hora em que o governo estava planejando os seus próximos quatro anos, para não planejar sozinho foi aos territórios para ouvi-los o que a sociedade também gostaria que acontecesse. Recapitulando que o PPA é uma LEI com aprovação do governador e dos secretários e que acolheu grande parte do que os conselhos, as mulheres nos vinte e sete territórios apontaram agora se há outras demandas fora desse planejamento estão sob a governabilidade do Conselho expor o que ele acha de tal questão. Carolina Nunes (CAJAVERDE) sugeriu que as Conselheiras se atentem ao que está sendo discutido sobre essas propostas para também ser de contribuição a elaboração do plano estratégico do CDDM, e aborda novamente o assunto sobre o enfrentamento a violência contra a mulher em que se faz necessário a abertura de novas casa de acolhimento, e que as delegacias não estão dando conta e que é uma responsabilidade vigente com a política pública referente a essa questão, como o Conselho vai agir, vai poder cobrar do Estado. **Renata Cruz (SSP)** logo em seguida salienta a questão da importância dos dados dito anteriormente por Valéria, e que sem eles é muito difícil ter um ponto de partida, de ação para mudanças nos lugares necessariamente específicos, para que o mecanismo existente atue com mais vigor. **Mariselma Bonfim (FNMN)**: relembra a importância de se desenvolver uma reunião com o Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres Municipais e com o desenvolvimento desse Conselho se consegue as informações. **Valéria Peruna (SPM)**: retoma a fala e reforça, uma vez que todas as propostas estão decididas é o que e como o Conselho gostaria de atuar sobre isso e também leu para as Conselheiras algumas das propostas acolhidas totalmente. E reforça que é preciso avançar no que está estabelecido pelo regimento do CDDM, as competências vigentes que entram à tona quando o assunto agora é analisar, acompanhar a evolução do acolhimento das propostas do PPA, e indagou as Conselheiras se desejam discutir na próxima reunião uma forma de atuação a partir de agora como instituição responsável pelo controle social do que o estado está fazendo, se tudo está sendo cumprido e como há diversos temas poderia ser organizado grupos de trabalho que vão ler, se aprofundar no que o Governo diz que irá fazer em Saúde, em Segurança Pública, em Educação e diversos outros eixos. **Andreia Pinheiro Almeida (UNEGRO)**: fez uma narrativa sobre o histórico das atribuições ocorridas ao Conselho.

8

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Andreia Pinheiro Almeida", "Mariselma Bonfim", and "Valéria Peruna".]

pensando nas Políticas Públicas para as Mulheres, nas narrativas de cada mulher presente na linha de frente e sobre a relevância de cada ponto a ser discutido, mesmo que se prolongue, a fim que todas tenham compreensão, que o Conselho é consultivo não é deliberativo, a escuta se faz necessária. . **Valéria Peruna** (SPM): frisou a importância de otimização do tempo para melhor eficiência das resoluções, e o papel de responsabilidade. **Maria Otília Soares** (UMVC): pontua sobre a questão de apontar as falhas que o Governo tem, pois, ele é fruto da sociedade racista e machista, e então comentou sobre uma situação de crime cometida em Vitória da Conquista e sobre a deliberação desse ocorrido, visto o extravio de responsabilidade das autoridades competentes, e então fica em aberto uma situação extremamente delicada. **Valéria Peruna** (SPM): retoma a fala recomendando as Conselheiras que se debrucem sobre este documento do PPA, pois são as ações do Governo que estão declaradas e estudar de forma detida cada grupo um eixo correspondente para sugestões, avaliações de desempenho e conclusões, para apresentar na Plenária na próxima reunião seus pontos de atuação no biênio e outras demandas vigentes. Em continuação foi organizado a formação dos grupos de trabalho, dentro de cada Eixo foi acordada a participação de uma Conselheira, representante do Poder Público e a demais Sociedade Civil, ficando os grupos por eixos e suas formações: 1 – **Educação**; Taila Barbosa Santos (Secretaria de Educação- SEC), Taiane Oliveira Lima (União de Juventude Socialista - UJS), Mariselma Bonfim (Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Maria das Graças (Federação das Associações de Bairros de Salvador - FABS). 2 – **Segurança Pública e Defesa Social**; Renata Luciana Cruz Sena (Secretaria de Segurança Pública – SSP), Millena Passos Almeida Silva (Secretaria de Promoção e Igualdade – SEPROMI), Jéssica Lima Oliveira (União Brasileira de Mulheres (UBM), Andreia Pinheiro Almeida (União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO). 3 - **Meio Ambiente e Segurança Hídrica/ Desenvolvimento Produtivo/ Desenvolvimento Rural/ Desenvolvimento Urbano, Rede de Cidades, Infraestrutura e Logística**. Natália de Oliveira Gonçalves (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE), Maria Otília soares (União de Mulheres de Vitória da Conquista (UMVC), Nancy Alves de Andrade (Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe (FEEB), Iara Pereira dos Santos (O Remo Ad Feminino), Tereza Cristina da Silva Bandeira (Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil -CTB). 4 – **Saúde**; Olga Cristina Lima Sampaio/ Cândida Maria Pimentel (Secretaria de Saúde – SESAB), Carolina dos Santos Nunes (Organização Ambiental e Cultural de Cajazeiras (CAJEVERDE). 5 - **Assistência Social, Garantia de Direitos, Igualdade de Raça e de Gênero e**

Povos e Comunidades Tradicionais; Millena Passos Almeida Silva (Secretaria de Promoção e Igualdade – SEPROMI), Renata Luciana Cruz Sena (Secretaria de Segurança Pública – SSP), Queila Patrícia Silva Santos (União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas), Gildeane dos Santos Mota (Associação de Mulheres Pintadenses - AMP), Samêhy Pataxó (Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia - AMIESB). 6 – **Cultura:** Sirleide Cândida Silva (SPM), Jamira Alves Muniz (Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia). Foi-se estabelecido que a relação já programada dos grupos fosse posta no grupo de WhatsApp do Conselho, para as conselheiras que não estavam presentes pudesse se inserir no GT que melhor se identificasse com o prazo até a reunião extraordinária marcada para dia onze de junho às 14 horas a ser realizada virtualmente. A pauta a seguir foi informes. **Millena Passos Almeida** (SEPROMI): convidou a todas para estarem presentes na Confraternização de São João feita pela SEPROMI no Pelourinho na praça Tereza batista, no dia 11 de junho às 18 horas. Dando seguimento, **Natália Oliveira Gonçalves** (SETRE): comentou sobre a Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no último período se acirrou a disputa em torno dos equipamentos de atendimento as mulheres em situação de violência em especial o papel da Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, ocorreu da prefeitura de Salvador selecionar o bloco carnavalesco “Muquiranas” para premiar com um selo que a Prefeitura criou para instituições/associações ou organizações que demonstram valorização das mulheres, mas, algumas das associações do movimento feminista, muitas que até compõe este Conselho participaram do ato feito em frente à casa da mulher brasileira o qual teve uma repercussão, com o prefeito de Salvador declarando que não foi consultado a respeito da decisão sobre o bloco “Muquiranas”, após a repercussão nas redes o prefeito suspendeu a premiação, porém, ela não foi cancelada isso significa que ainda deve-se ter uma atenção porque não seja possível que “As Muquiranas” um bloco que historicamente vem ridicularizando a imagem das mulheres com atitudes misóginas e violentas seja premiado com relação a pauta de valorização da mulher. Outro informe é que o Centro de Referência Loretta Valadares que fica no centro da cidade, nos Barris, teve que mudar de local porque a casa que estava sendo alugada não pôde renovar o contrato, então foi temporariamente alocado para a Casa da Mulher Brasileira, contudo houve uma audiência com o Prefeito de Salvador a pedido de duas parlamentares, para entender porque estava sendo proposto o fechamento do centro ao dar descontinuidade aos atendimentos que já estavam ocorrendo no antigo espaço onde estava o centro. Em resumo foi acordado a alocação do centro na Casa da

Mulher Brasileira, durante um período de 6 meses, enquanto a Prefeitura busca por um outro imóvel para alugar, e adaptar a estrutura assim em vista disso este informe é para habituar as Conselheiras de que ainda não houve uma verificação da Sociedade Civil sob o funcionamento do centro na CMB. Ainda em informes Natália comenta sobre o Conselho de Mulheres de Salvador que está a seis anos sem eleição e que já foi cobrado da Prefeitura sua responsabilidade de retomar o funcionamento do Conselho Municipal, o compromisso que a Secretária Fernanda Rodrigues de construir junto com a Sociedade Civil um grupo de trabalho para analisar a minuta da mudança de Lei do Conselho Municipal que vai ser enviada para a Câmara, porque o Regimento do Conselho está defasado e precisa de um novo projeto que passe pela Câmara, e foi proposto que antes disso este documento foi passado por este grupo de trabalho composto pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, a prefeitura não cumpriu este combinado e montou um grupo de trabalho com três vereadores e a representação do poder público municipal sendo assim a sociedade civil excluída desse debate. Então ainda está em curso a reivindicação para compor este grupo, porque o documento que vai ser enviado a câmara contém uma série de insuficiências, equívocos do ponto de vista do movimento social e ele é bastante limitado e é de crer que se ele for para a câmara de Salvador que é um ambiente historicamente conservador e que vem reforçando as iniciativas conservadoras em torno da pauta das mulheres, ele pode passar com prejuízo para as mulheres, então está sendo reivindicado este momento e pede apoio a todas, com objetivo que a sociedade civil possa discutir este documento antes de ser enviado. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): sugeri que todas tenham uma participação mais enérgica, bem como sua associação no Conselho e também a SPM poderia contribuir para o desenvolvimento desse debate sobre o Conselho Municipal, poderia dialogar melhor como Poder Público com a Secretária a fim de ajudar a campanha. **Natália Oliveira Gonçalves** (SETRE): sugere que a Sociedade Civil declare por meio de uma nota ou algo semelhante o apelo da Sociedade Civil para entrar neste grupo de trabalho, e que a SPM também possa enviar um ofício para a Secretaria Municipal pedindo informes sobre o desenvolvimento do Conselho Municipal. **Andreia Pinheiro Almeida** (UNEGRO): convidou todas a estarem presentes no feriado de 2 de julho na caminhada e no vigésimo segundo, caruru da Unegro, com palco aberto com atrações, que dialogam com a sociedade. **Roseli de Oliveira Barbosa** (TAMO JUNTAS): informou que logo após esta sessão, na Câmara às 19 horas haveria uma sessão especial de aniversário de 50 anos do PSOL e convidou a todas. **Millena Passos Almeida** (SEPROMI): informou também que a SEPROMI durante o São João terá ações pontuais

no Pelourinho de 21 a 24 de junho, ações sobre o combate ao racismo e de 28 de junho a 2 de julho já vai ser no Parque de Exposições com atendimento humanizado. **Cândida Silva** (SPM): informou que as equipes da SPM nas ações de festejos juninos estão a todo vapor em mais de 30 municípios e no Parque de Exposições haverá uma feira nos dias de 21 a 24 de junho. **Gildeane dos Santos Mota** (AMP): lembrou a importância de o Conselho estar atento ao desenvolvimento dos Conselhos Municipais, ao decorrer por todo Estado. **Jéssica Lima Oliveira** (UBM): sugere ao Conselho que no início dessa época de frio, com o inverno, se possa fazer uma arrecadação de casacos, roupas de frio para fazer doação para alguma Instituição. E ao final foi se discutido pautas para a próxima reunião, sendo estas: a aprovação da Ata, o Planejamento Estratégico, discussão das propostas do PPA-P, com as formações dos grupos, os Informes e o que ocorrer. Sem mais pautas, foi dada como encerrada a reunião. Eu, Neurací Alves da Silva, subscrevi a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Salvador, 07 de junho de 2024

Sociedade Civil

Samêhy Pataxó – Helen Conceição dos Santos Soares (AMIESB): _____

Maria Otília Soares (UMVC): _____

Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas): _____

Iara Pereira dos Santos (O Remo Ad. Feminino): _____

Jéssica Lima Oliveira (UBM): _____

Gildeane dos Santos Mota (AMP): _____

Jamira Alves Muniz (Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia): _____

Carolina dos Santos Nunes (CAJAVERDE): _____

Maria Rute Lima Silva (FATRES): _____

Nancy Alves de Andrade (FEED): *Nancy Alves de Andrade*

Andreia Pinheiro Almeida (UNEGRO): _____

Mariselma Bonfim (FNMN): _____

Leidiana Cruz do Espírito Santo (MMTR): *Leidiana Cruz do Espírito Santo*

Queila Patrícia Silva (UNEGRO): _____

Argimária Freitas de Sousa Soares (Coletivo Quintas Feministas): *Argimária*

Poder Público

Aldenira Sena (SPM): _____

Ana Paula Bastos de Oliveira (SPM): *Ana Paula Bastos*

Cândida Silva (SPM): *Cândida Silva*

Valéria Peruna (SPM): _____

Gerson Galvão (SPM): *Gerson Galvão*

Millena Passos Almeida Silva (SEPROMI): *Millena Passos Almeida Silva*

Renata Luciana Cruz Sena (SSP): *Renata Luciana Cruz Sena*

Natália de Oliveira Gonçalves (SETRE): _____

Olga Cristina Sampaio (SESAB): *P/SMP Pereira*

Neurací Alves da Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM